

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.595.776 - SP (2016/0105617-1)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : LAZARO FERREIRA MACHADO
ADVOGADO : ONEIDE MARQUES DA SILVA - SP052797

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, fundamentado na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

"O salário de benefício deve ser calculado nos termos do artigo 29 da Lei nº 8.213/91" (fl.88e) .

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados, nos seguintes termos:

"Inexistindo omissão, obscuridade ou contradição no Acórdão, os embargos declaratórios devem ser rejeitados" (fl.103e) .

Sustenta a parte recorrente, além de negativa de prestação jurisdicional (art. 535 do CPC/15), violação aos arts. 29, § 5º, 44, 55, II e 63, todos, da Lei 8.213/91; art. 36, § 7º, 104, § 1º, ambos, do 3.048/1999 e 476 da CLT . Argumenta, em síntese:

"Inicialmente, insurge-se, o INSS, com base no **artigo 105, inciso III, letra 'a', da Constituição Federal, por ter o v. acórdão violado o artigo 535 do Código de Processo Civil**, eis que foram rejeitados os Embargos de Declaração opostos pela Autarquia.

Insurge-se, ainda, o INSS contra o V. Acórdão proferido pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com base no artigo 105, inciso III, alínea 'a', da Constituição Federal.

Frise-se que a matéria está devidamente debatida na instância inferior, em primeiro e em segundo grau de jurisdição, inclusive com a interposição de embargos declaratórios, os quais foram rejeitados. Além disto, o recurso é tempestivo, diante do artigo 188 do CPC, e isento de preparo, estando presentes todas as condições necessárias ao seu conhecimento.

1. DA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO ESTATUTO PROCESSUAL CIVIL

O v. acórdão que julgou os embargos de declaração contraria o artigo 535, I e II, do Código de Processo Civil, pois se negou a suprir omissão apontada no v. acórdão que apreciou a apelação interposta pelo INSS.

Com efeito, foram interpostos os embargos com fundamento legal, exercendo a Autarquia o direito de ampla defesa, dentro dos limites legais, buscando o prequestionamento da matéria.

O INSS QUESTIONOU A APLICAÇÃO DA SÚMULA 146 DO STJ E O CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO, SENDO QUE ESTE ÚLTIMO TÓPICO NÃO CHEGOU NEM MESMO A SER MENCIONADO NO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS PELA AUTARQUIA.

A corroborar a tese acima exposta, o INSS traz à colação o seguinte julgado:

(...)

A matéria levantada nos embargos de declaração merecia ser devidamente apreciada pelo julgado, o que não ocorreu. Nessa perspectiva, cabia à Turma Julgadora apreciar as questões formuladas nos embargos declaratórios, motivo pelo qual restou configurada a ofensa ao artigo 535, inciso I, do Código de Processo Civil.

Também tendo o INSS oposto embargos de declaração, não há como se alegar ausência de prequestionamento, pois os embargos também restaram opostos com tal finalidade, qual seja, de prequestionamento de dispositivo de lei federal.

A jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça tem se posicionado no sentido de que é nulo, por ofensa ao Art. 535 do CPC, o acórdão que silencia sobre questão formulada nos embargos declaratórios:

(...)

Assim, há contrariedade ao disposto no artigo 535, II, do Código de Processo Civil.

Cuidando-se de matéria relevante à solução da demanda e que não foi alvo de discussão e exame pelo órgão julgados, mostra-se caracterizada a violação apontada pela recorrente.

2. DA OFENSA AO ARTIGO 29 PARÁGRAFO 5º DA LEI 8.213/91

Trata-se de ação em que o autor pleiteia a revisão de seu benefício de aposentadoria por invalidez, tendo sido a ação julgada improcedente em primeira instância.

O acórdão deu provimento à apelação do obreiro, condenando o INSS a recalcular a aposentadoria por invalidez, na forma do art. 29, II, (salário-de-contribuição decorrente da média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição de todo o período contributivo) Porém, não foi analisado o fato de que se trata de aposentadoria por invalidez sequencial a auxílio-doença, caso em que se deve tomar o valor do salário-de-benefício deste último como salário-de-contribuição da aposentadoria.

Como acima exposto, foram interpostos embargos de declaração pela Autarquia, a fim de se esclarecer a questão, mas os mesmos foram rejeitados.

Ao modificar a sentença de primeiro grau, o acórdão ora recorrido negou aplicação ao disposto na Lei nº 8.213/1991, nos seus arts. 29, 44, 55, II e 63, conforme expresso no § 7º do art. 36 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/1999.

Vale a pena, discorrer brevemente a respeito do conceito de salário-de-contribuição. A expressão legal reflete o valor sobre o qual incidiu (ou deveria incidir) a contribuição previdenciária. Partindo-se do valor dos salários-de-contribuição é que se chega ao valor dos benefícios previdenciários, na medida em que se pretende expressar no valor do benefício previdenciário de prestação continuada substitutivo dos rendimentos do segurado, a um só tempo, a participação do mesmo nos recursos destinados ao REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, bem como a equivalência do amparo previdenciário com o rendimento mensal a ser substituído.

Bem por isso, há uma correspondência valorativa entre as disposições legais pertinentes aos limites do salário-de-contribuição e do salário-de-benefício. Nesses termos, o salário-de-benefício é naturalmente a expressão de uma média dos salários-de-contribuição encontrados no período básico de cálculo (PBC).

Estabelecidos, ainda que de maneira superficial, os limites do conceito de salário-de-contribuição no espectro do REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, devemos passar a investigar as normas que regulamentam a forma de se extrair o valor do salário-de-benefício nesta situação particular.

O valor do salário-de-benefício da aposentadoria por invalidez

é apurado conforme a data do início deste benefício. Importa dizer, conforme exposto, que será a expressão dos salários-de-contribuição encontrados no período básico de cálculo (PBC).

No entanto, deve-se ponderar, conforme exposto anteriormente, que o salário-de-benefício da aposentadoria por invalidez depende também da forma como a prestação chega ao segurado, ou seja, se é concedida mediante transformação ou independentemente de prévio auxílio-doença, já que nesta última hipótese inexistirão salários-de-contribuição a serem considerados nos meses de percepção de auxílio-doença, podendo sair prejudicado o segurado se for simplesmente desconsiderada no PBC tal ocorrência.

Ademais, **o segurado em gozo de auxílio-doença considera-se na forma da lei licenciado do emprego com prejuízo da sua remuneração**, nos exatos termos do disposto no art. 63, 'caput', da LEI Nº 8.213/91 e 476, da CLT, uma vez que está sendo creditado, em substituição ao seu salário na empresa ou rendimentos habituais, o valor do benefício previdenciário. A propósito, confira-se:

(...)

Desta forma, pode-se concluir que **o beneficiário em gozo de auxílio-doença a quem vier ser concedida aposentadoria por invalidez mediante transformação do benefício precedente não tem salários-de-contribuição no período imediatamente anterior ao mês do início do benefício, motivo pelo qual, de acordo com o número de meses de recebimento do auxílio-doença precedente**, poderia sair prejudicado com a concessão de um benefício não correspondente aos parâmetros usualmente adotados para cálculo de tal prestação, inclusive podendo haver uma séria discrepância com o valor do auxílio-doença que percebia no período imediatamente anterior à concessão da aposentadoria.

É necessário lembrar, também, que o termo final do período básico de cálculo (PBC), por definição, deve coincidir com o mês do afastamento da atividade ou do requerimento do benefício se não houver afastamento, conforme dispunha a redação original do art. 29, da Lei n. 8.213/91, que foi revogada pela Lei n. 9.876/99, mas que não alterou este princípio.

Tem-se que a Lei 9.876/99, ao modificar o PBC dos benefícios calculados com base no salário-de-benefício para 'todo o período contributivo', pressupõe que o termo final somente poderia ser considerado nestas mesmas datas, tornando a disposição precedente

inócua.

De qualquer forma, a alteração do período básico de cálculo (PBC) na conformidade da Lei n. 9.876/99 para os benefícios com início de vigência a partir da sua publicação não interfere no raciocínio no sentido de que deve ser considerado, para os benefícios por incapacidade decorrentes de transformação, tão-somente o salário-de-benefício do respectivo auxílio-doença (devidamente reajustado até o mês da concessão da aposentadoria), já que **§ 5º do art. 29 da Lei n. 8.213/1991 há que ser interpretado em consonância com os arts. 63 da LEI Nº 8.213/91 e 476 da CLT, e ainda especialmente com o disposto no art. 55, II, da LEI Nº 8.213/91**, que, ao dispor sobre a compreensão do conceito de tempo de serviço (atualmente tempo de contribuição), determina:

(...)

É necessário ainda deixar claro que, **segundo o § 5º do art. 29 da LEI Nº 8.213/91** disciplina, o tempo de percepção de auxílio-doença no PBC será 'contado', o que nos remete ao dispositivo legal supra transcrito, que impede, no entanto, a sua aplicação às hipóteses de benefícios decorrentes de transformação.

Com efeito, **o § 5º do art. 29 da LEI Nº 8.213/91 deve ser aplicado exclusivamente às hipóteses do art. 55, II, da LEI Nº 8.213/91, ou seja, em que houve retomo ao trabalho após a cessação do benefício por incapacidade, não podendo ser utilizado para os casos de benefícios decorrentes de transformação de auxílio-doença, eis que, nestas situações, não se pode falar em tempo intercalado de gozo de auxílio-doença.**

Sob tal aspecto, algumas observações são necessárias. **O tempo de recebimento de auxílio-doença somente poderá ser contado como tempo de contribuição fictício ou virtual, conforme disposto, por se tratar de hipóteses em que, rigorosamente, o segurado não possui salário-de-contribuição no período, já que se encontra, na forma da lei, licenciado do seu trabalho com prejuízo da remuneração;** destarte, faz-se indispensável anotar que a contagem do tempo intercalado de recebimento de auxílio-doença para os fins legais é medida de justiça ao segurado que esteve temporariamente afastado de suas atividades por motivo de doença ou lesão, desde que tenha retornado ao trabalho, não podendo ser prejudicado por uma situação para a qual muitas vezes não teve qualquer ingerência. Todavia, a disposição legal em apreço não pode ser estendida para os benefícios decorrentes de transformação, já que a Lei é expressa no sentido de que apenas quando intercalado o

Superior Tribunal de Justiça

período de recebimento de auxílio-doença é que poderá vir a ser contado.

Registra-se que a jurisprudência dos Tribunais é pacífica no sentido de que os salários de contribuição a serem utilizados são os anteriores ao afastamento da atividade, sendo que o salário de benefício da aposentadoria por invalidez é o mesmo calculado para o auxílio-doença:

(...)

Em última análise, essa a única interpretação da Lei compatível com o regime jurídico constitucional da Previdência Social, de caráter contributivo e que tem como diretriz no estabelecimento de critérios para a concessão das suas prestações a busca do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário, de modo a garantir que as futuras gerações também desfrutem do mesmo.

Assim sendo, não tendo o v. acórdão dado a correta aplicabilidade e interpretação ao **artigo 29, § 5º da Lei 8.213/91 e ao art. 104, § 1º, do Decreto 3.048/99**, a decisão deve ser reformada neste grau de jurisdição" (fls. 108/117e).

Por fim, "demonstrada a violação à lei federal, requer o recorrente o conhecimento e o provimento do presente recurso especial para que se determine a incidência, na espécie, da Lei nº 8.213/91, art. 29 parágrafo 5º, nos termos acima expostos. Eventualmente, se entendido que não há prequestionamento, que se anule o v. acórdão, por afronta ao art. 535, I, do Código de Processo Civil" (fl. 117e).

Sem contrarrazões, o Recurso foi admitido na origem (fl. 169e).

O Recurso Especial merece prosperar quanto à alegada ofensa ao art. 535 do CPC/73.

Quanto a esse ponto, verifica-se que a parte recorrente opôs Embargos de Declaração, na origem, suscitando, no que interessa:

"Trata-se de ação em que o autor pleiteia a revisão de seu benefício de aposentadoria por invalidez, tendo sido a ação julgada improcedente em primeira instância.

O acórdão deu provimento à apelação do obreiro, condenando o INSS a recalcular a aposentadoria por invalidez, na forma do art. 29, II, (salário-de-contribuição decorrente da média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição de todo o período contributivo) Porém, o acórdão não analisou o fato de que se trata de aposentadoria por invalidez sequencial a auxílio-doença, caso em que se deve tomar o valor do salário-de-benefício deste

último como salário-de-contribuição da aposentadoria.

Ao modificar a sentença de primeiro grau, **o acórdão ora embargado negou aplicação ao disposto na Lei nº 8.213/1991, nos seus arts. 29, 44, 55, II e 63, conforme expresso no § 7º do art. 36 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/1999.**

No presente caso discutiu-se a metodologia legal de cálculo do valor inicial do benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez decorrente de transformação de auxílio-doença.

O valor do salário-de-benefício da aposentadoria por invalidez é apurado conforme a data do início deste benefício. Importa dizer, conforme exposto, que será a expressão de todos os salários-de-contribuição encontrados no período básico de cálculo (PBC).

É necessário lembrar, também, que o termo final do período básico de cálculo (PBC), por definição, deve coincidir com o mês do afastamento da atividade ou do requerimento do benefício se não houver afastamento, conforme dispunha a redação original do art. 29, da Lei n. 8.213/91, que foi revogada pela Lei n. 9.876/99, mas que não alterou este princípio.

Na verdade, a Lei 9.876/99, ao modificar o PBC dos benefícios calculados com base no salário-de-benefício para 'todo o período contributivo', pressupõe que o termo final somente poderia ser considerado nestas mesmas datas, tornando a disposição precedente inócua.

De qualquer forma, a alteração do período básico de cálculo (PBC) na conformidade da Lei nº 9.876/99 para os benefícios com início de vigência a partir da sua publicação não interfere no raciocínio no sentido de que deve ser considerado, para os benefícios de aposentadoria por invalidez decorrentes de transformação, tão-somente o salário-de-benefício do respectivo auxílio-doença (devidamente reajustado até o mês da concessão da aposentadoria).

O Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n. 3.048/99, buscando expressar o real sentido da Lei conforme a Constituição Federal (e não com o intuito de adulterá-la), dispôs no § 7º do seu art. 36 sobre o método de cálculo do benefício decorrente de transformação.

Pode-se afirmar, em resumo, mas com segurança, que **o § 7º do art. 36 do Regulamento da Previdência Social pretendeu esclarecer o real alcance do disposto nos arts. 29, 44, 55, II e 63, todos da Lei n. 8.213/1991, sem ofender ao seu mister constitucional (art. 84,**

IV, da CF/1988), que é de disciplinar a fiel execução da Lei, o que não significa, consoante cediça lição doutrinária, apenas repetir o teor dos dispositivos legais regulamentados.

Registra-se que **a jurisprudência dos Tribunais é pacífica no sentido de que os salários de contribuição a serem utilizados são os anteriores ao afastamento da atividade, sendo que o salário de benefício da aposentadoria por invalidez é o mesmo calculado para o auxílio-doença:**

(...)

Em última análise, essa a única interpretação da Lei compatível com o regime jurídico constitucional da Previdência Social, de caráter contributivo e que tem como diretriz no estabelecimento de critérios para a concessão das suas prestações a busca do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário, de modo a garantir que as futuras gerações também desfrutem do mesmo.

DO PEDIDO

Ante o exposto, **requer o INSS seja sanada obscuridade no tocante à inaplicabilidade do artigo 29, § 5º, da Lei n. 8.213/91, em sua literalidade, no caso de conversão direta de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, debatendo-se a matéria à luz dos dispositivos normativos citados**" (fls. 95/97e).

Apesar disso, as questões não foram objeto de análise, pois, da leitura do acórdão que rejeitou os Embargos de Declaração, opostos na origem, ficou consignado, apenas:

"Trata-se de embargos de declaração opostos pelo Instituto Nacional do Seguro Social ao Acórdão de fls. 83/5, que proclamou resultado de provimento ao recurso interposto pelo obreiro, mediante votação unânime.

Menciona o embargante, em apertada síntese, que há obscuridade no tocante à inaplicabilidade do artigo 29, § 5º, da Lei nº 8.213/91 (fls. 90/2).

É o relatório.

Os embargos **não merecem acolhida.**

Com efeito, **não se verifica no Acórdão qualquer falha que justifique a interposição de embargos declaratórios.**

Ora, a questão suscitada está mais do que clara e suficientemente fundamentada na decisão embargada.

Portanto, o pedido levado a efeito não pode ser considerado, pois, qualquer alteração nesse sentido é inviável na atual fase, dado o seu caráter infringente.

Superior Tribunal de Justiça

Anote-se, por fim, que **mesmo nos embargos de declaração para fins de prequestionamento, impõe-se que o recurso observe os pressupostos do artigo 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil**, ou seja, que o julgado seja omissivo, contraditório ou obscuro.

Diante do exposto, pelo meu voto, proponho que sejam **rejeitados os presentes embargos de declaração opostos pelo Instituto Nacional do Seguro Social**" (fls. 101/104e).

Por sua vez, do acórdão que julgou o Recurso de Apelação, extrai-se o seguinte teor:

"A sentença está no caso de ser alterada.

Com efeito, **no presente caso, o salário de benefício da aposentadoria deveria ter sido calculado conforme o disposto no artigo 29 da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Lei nº 9.876/99, como pretende o autor**, apurando-se a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo.

E, nos termos do § 5º do dispositivo acima referido, como houve recebimento de auxílio doença no período básico de cálculo da aposentadoria (fls. 9), o salário de benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal do benefício temporário (auxílio-doença) deve ser considerado como salário de contribuição, reajustado nas mesmas épocas e bases dos benefícios em geral, não podendo ser inferior ao valor de 1 (um) salário mínimo.

Portanto, verificado que a autarquia não o procedeu corretamente quando do cálculo do benefício de fls. 9, de rigor a sua revisão, respeitando-se a prescrição quinquenal.

Arbitra-se a **verba honorária em 15%** (quinze por cento) sobre o total das parcelas devidas até este julgamento, em harmonia com o enunciado na Súmula nº 111 do Superior Tribunal de Justiça.

A autarquia está isenta do pagamento de custas, mas arcará com eventuais despesas desembolsadas pelo obreiro.

Os juros são devidos desde a citação, contados englobadamente até então e, depois, de forma decrescente, mês a mês, à razão de 0,5%. Após 12.01.2003, a taxa mensal passa para 1%. Com o advento da Lei nº 11.960/09, deve ser aplicada, a partir de sua vigência, a alteração definida pelo artigo 5º, no que diz respeito aos juros e correção monetária.

Superior Tribunal de Justiça

(...)

Por fim, as diferenças repercutirão no abono anual, pois este é devido por imposição legal, constituindo acessório que deve necessariamente acompanhar o principal.

Diante do exposto, **pelo meu voto, dá-se provimento à apelação de Lazaro Ferreira Machado**, para julgar procedente a presente ação revisional, conforme acima definido" (fls. 86/90e).

O provimento do Recurso Especial por contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, atual art. 1.022, II, do CPC/2015 pressupõe que sejam demonstrados, fundamentadamente, os seguintes motivos: **(a)** que a questão supostamente omitida tenha sido invocada na Apelação, no Agravo ou nas contrarrazões a estes recursos, ou, ainda, que se cuide de matéria de ordem pública a ser examinada de ofício, a qualquer tempo, pelas instâncias ordinárias; **(b)** a oposição de Aclaratórios para indicar à Corte local a necessidade de sanar a omissão em relação ao ponto; **(c)** que a tese omitida seja fundamental à conclusão do julgado e, se examinada, poderá conduzir à sua anulação ou reforma; **(d)** a inexistência de outro fundamento autônomo, suficiente para manter o acórdão.

Tais requisitos são **cumulativos** e devem ser abordados de maneira fundamentada na petição recursal, sob pena de não se conhecer da alegação por deficiência de fundamentação, dada a generalidade dos argumentos apresentados.

In casu, entendo presentes tais pressupostos a evidenciar a patente violação do art. 535 do CPC/1973, atual 1.022, II, do CPC/2015.

Com efeito, da análise do acórdão recorrido, verifica-se que, não obstante a alegação nos Embargos de Declaração (fls. 95/97e), onde o recorrente insiste que "ao modificar a sentença de primeiro grau, o acórdão ora recorrido negou aplicação ao disposto na Lei n. 8.213/1991, nos seus arts. 29, 44, 55, II e 63, conforme expresso no § 7º do art. 36 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n 3.048/1999 (fl. 113e). E que "o segurado em gozo de auxílio-doença considera-se na forma da lei licenciado do emprego com prejuízo da sua remuneração, nos exatos termos do disposto no art. 63, 'caput', da LEI Nº 8.213/91 e 476, da CLT, uma vez que está sendo creditado, em substituição ao seu salário na empresa ou rendimentos habituais, o valor do benefício previdenciário". E que "o beneficiário em gozo de auxílio-doença a quem vier ser concedida aposentadoria por invalidez mediante transformação do benefício precedente não tem salários-de-contribuição no período imediatamente anterior ao mês do início do benefício, motivo pelo qual, de acordo com o número de meses de recebimento do auxílio-doença precedente, poderia sair prejudicado com a concessão de um benefício não correspondente aos parâmetros usualmente adotados para cálculo de tal prestação, inclusive podendo haver uma séria discrepância com o valor do auxílio-doença que percebia no período

Superior Tribunal de Justiça

imediatamente anterior à concessão da aposentadoria" (114e). Concluindo que, "o tempo de recebimento de auxílio-doença somente poderá ser contado como tempo de contribuição fictício ou virtual, conforme disposto, por se tratar de hipóteses em que, rigorosamente, o segurado não possui salário-de-contribuição no período, já que se encontra, na forma da lei, licenciado do seu trabalho com prejuízo da remuneração, destarte, faz-se indispensável anotar que a contagem do tempo intercalado de recebimento de auxílio-doença para os fins legais é medida de justiça ao segurado que esteve temporariamente afastado de suas atividades por motivo de doença ou lesão, desde que tenha retornado ao trabalho, não podendo ser prejudicado por uma situação para a qual muitas vezes não teve qualquer ingerência. Todavia, a disposição legal em apreço não pode ser estendida para os benefícios decorrentes de transformação, já que a Lei é expressa no sentido de que apenas quando intercalado o período de recebimento de auxílio-doença é que poderá vir a ser contado. Registra-se que a jurisprudência dos Tribunais é pacífica no sentido de que os salários de contribuição a serem utilizados são os anteriores ao afastamento da atividade, sendo que o salário de benefício da aposentadoria por invalidez é o mesmo calculado para o auxílio-doença (fl. 115e), observo, contudo, que o **Tribunal de origem não examinou tal alegação**, limitando-se a decidir, em sede de aclaratórios, pela ausência de vícios, haja vista que o acórdão analisou de forma eficiente os pontos relevantes da demanda.

Portanto, tendo ocorrido omissão acerca do exame de questão invocada nos Embargos de Declaração opostos na origem, apontando a referida omissão, furtando-se, o Tribunal de origem, mesmo assim, a se manifestar acerca do referido ponto, o qual possui patente relevância, a ponto de conduzir à modificação do julgado regional, somado à inexistência de outro fundamento autônomo, suficiente à manutenção do acórdão regional, **impõe-se acolher a preliminar de violação do art. 1.022, II, do CPC/2015**, para determinar o retorno dos autos para que seja sanada a omissão apontada.

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou parcial provimento ao Recurso Especial** e determino o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para novo julgamento dos Embargos de Declaração, de maneira a sanar os vícios apontados pela parte ora recorrente. Restam prejudicadas, por conseguinte, as demais questões.

I.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora